



## OS OBSTÁCULOS VIVENCIADOS PELOS DISCENTES SURDOS (AS) NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

### LEILA DINIZ SANTOS

Oriunda de escola pública, em 2020 ingressou no curso de licenciatura plena em Pedagogia na Universidade Federal de Campina Grande.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4926-2513>.

Email: [leila.diniz@estudante.ufcg.edu.br](mailto:leila.diniz@estudante.ufcg.edu.br).

### SANDRINY MARIA DE ALMEIDA OLIVEIRA

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Cajazeiras. Representante discente do colegiado do curso de medicina da UFCG, campus Cajazeiras. Email:

[sandrinyaria23@gmail.com](mailto:sandrinyaria23@gmail.com).

### ÉRICA DANTAS DA SILVA

Professora auxiliar na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Campus Cajazeiras - PB e Professora da Educação Infantil no município de Cajazeiras-PB. Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN no Programa de Pós-Graduação em Ensino PPGE, campus Pau dos Ferros. ORCID:

<https://orcid.org/0000-0001-5886-1151>

Email:

[ericadantasdasilva70@gmail.com](mailto:ericadantasdasilva70@gmail.com)

### ÁLAZE GABRIEL BREVIÁRIO

Masters student in Administration, advanced corporate finance research line (Must University-2025). Especializando em Inteligência Artificial e Big Data, em Gestão Tributária, e em Tesouraria Corporativa (USP-2025), três MBAs com bolsa (duas integrais e uma parcial). Graduando na Licenciatura em Matemática (UNINTER-2025). ORCID:

<https://orcid.org/0000-0002-9480-6325>.

Email:

[alaze\\_p7sd8sin5@yahoo.com.br](mailto:alaze_p7sd8sin5@yahoo.com.br).

DOI: 10.5281/zenodo.20584189

**RESUMO:** Esta pesquisa investigou as barreiras enfrentadas por estudantes surdos no Ensino Superior, enfocando a implementação de políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas. No contexto brasileiro, embora existam políticas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) e a Lei nº 10.436/2002, que garantem direitos educacionais aos surdos, a prática ainda enfrenta desafios significativos. O objetivo geral foi analisar a efetividade dessas políticas e identificar as lacunas na sua aplicação prática. Para tanto, adotou-se o paradigma neoperspectivista giftedeano, que permite a

coexistência de verdades objetiva e subjetiva, e empregou-se o método hipotético-dedutivo para testar hipóteses formuladas a partir da literatura existente. A pesquisa incluiu uma Revisão Bibliográfica e Documental Narrativa (RBDN) para embasar as análises. Os principais achados revelaram que, apesar da existência de políticas públicas, a implementação é falha, resultando em uma "inclusão excludente" nas universidades. Foram identificadas lacunas na formação de professores e na adequação curricular. As contribuições teóricas incluem a crítica à dicotomia entre teoria e prática na educação inclusiva, enquanto empiricamente, a pesquisa oferece dados valiosos sobre as dificuldades enfrentadas por estudantes surdos. Metodologicamente, a aplicação do paradigma neoperspectivista e do método hipotético-dedutivo demonstrou ser eficaz para este tipo de investigação. O valor agregado desta pesquisa está em suas sugestões para melhorar as políticas públicas e práticas pedagógicas, contribuindo para uma educação mais inclusiva e equitativa.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; Ensino superior; Surdez; Políticas públicas; Formação docente.

## **OBSTACLES EXPERIENCED BY DEAF STUDENTS IN HIGHER EDUCATION**

**ABSTRACT:** This research investigated the barriers faced by deaf students in Higher Education, focusing on the implementation of public policies and inclusive pedagogical practices. In the Brazilian context, although there are policies such as the National Policy for Special Education in the Perspective of Inclusive Education (PNEEPEI) and Law No. 10,436/2002, which guarantee educational rights to the deaf, the practice still faces significant challenges. The general objective was to analyze the effectiveness of these policies and identify gaps in their practical application. To this end, the neoperspectivist giftedian paradigm was adopted, which allows the coexistence of objective and subjective truths, and the hypothetical-deductive method was used to test hypotheses formulated from the existing literature. The research included a Narrative Bibliographic and Documentary Review (NBDR) to support the analyses. The main findings revealed that, despite the existence of public policies, their implementation is flawed, resulting in an "exclusionary inclusion" in universities. Gaps in teacher training and curricular adequacy were identified. Theoretical contributions include a critique of the dichotomy between theory and practice in inclusive education, while empirically, the research offers valuable data on the difficulties faced by deaf students. Methodologically, the application of the neoperspectivist paradigm and the hypothetical-deductive method proved to be effective for this type of research. The added value of this research lies in its suggestions for improving public policies and pedagogical practices, contributing to a more inclusive and equitable education.

**Keywords:** Inclusive education; Higher education; Deafness; Public policies; Teacher training.

## **OBSTÁCULOS QUE VIVEN LOS ESTUDIANTES SORDOS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR**

**RESUMEN:** Esta investigación investigó las barreras que enfrentan los estudiantes sordos en la Educación Superior, enfocándose en la implementación de políticas públicas y prácticas pedagógicas inclusivas. En el contexto brasileño, aunque existen políticas como la Política Nacional de Educación Especial desde la Perspectiva de Educación Inclusiva (PNEEPEI) y la

Ley n° 10.436/2002, que garantizan los derechos educativos de las personas sordas, la práctica aún enfrenta importantes desafíos. El objetivo general fue analizar la efectividad de estas políticas e identificar brechas en su aplicación práctica. Para ello se adoptó el paradigma neoperspectivista giftediano, que permite la coexistencia de verdades objetivas y subjetivas, y se utilizó el método hipotético-deductivo para probar hipótesis formuladas a partir de la literatura existente. La investigación incluyó una Revisión de Documentos Bibliográficos y Narrativos (RBDN) para respaldar los análisis. Los principales hallazgos revelaron que, a pesar de la existencia de políticas públicas, su implementación es defectuosa, lo que resulta en una "inclusión excluyente" en las universidades. Se identificaron brechas en la formación docente y la adecuación curricular. Las contribuciones teóricas incluyen críticas a la dicotomía entre teoría y práctica en la educación inclusiva, mientras que, empíricamente, la investigación ofrece datos valiosos sobre las dificultades que enfrentan los estudiantes sordos. Metodológicamente, la aplicación del paradigma neoperspectivista y el método hipotético-deductivo resultó eficaz para este tipo de investigaciones. El valor agregado de esta investigación radica en sus sugerencias para mejorar las políticas públicas y las prácticas pedagógicas, contribuyendo a una educación más inclusiva y equitativa.

**Palabras-clave:** Educación inclusiva; Educación superior; Sordera; Políticas públicas; Formación docente.

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional de estudantes com deficiência, especialmente aqueles com deficiência auditiva, tem sido amplamente discutida no campo da educação, destacando-se como um tema de extrema relevância para a promoção da equidade e do acesso à educação de qualidade para todos (Cordeiro, 2021; Jesus, 2019). No Brasil, a implementação de políticas públicas que garantam a acessibilidade e a efetiva inclusão de estudantes surdos no sistema educacional tem enfrentado diversos desafios, sendo a oferta de ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) um dos mais significativos. Pesquisas recentes indicam que a falta de profissionais qualificados para ensinar LIBRAS nas escolas é uma barreira crítica para a educação bilíngue de surdos (Nascimento et al., 2021), o que acarreta graves consequências para o desenvolvimento educacional e social desses alunos.

No contexto da educação brasileira, a Lei n° 10.436/2002 reconheceu a LIBRAS como uma língua oficial, assegurando seu ensino nas instituições de ensino básico e superior. No entanto, a implementação dessa lei tem sido limitada, e a maioria dos estudantes surdos ainda enfrenta dificuldades significativas para acessar um currículo que contemple suas necessidades linguísticas e culturais (Silva; Orrú, 2020). O movimento de inclusão da comunidade surda no Brasil tem raízes nas décadas finais do século XX, quando a comunidade começou a se mobilizar para reivindicar seus direitos linguísticos e culturais (Menezes, 2017). Apesar dessas conquistas, ainda persistem lacunas consideráveis na oferta de uma educação inclusiva e

bilíngue, refletindo-se nas altas taxas de evasão e nas dificuldades de progressão acadêmica dos estudantes surdos.

A problemática desta pesquisa se concentra na análise das barreiras enfrentadas pelos estudantes surdos no ensino superior, considerando tanto as limitações na oferta de LIBRAS quanto a carência de políticas públicas que assegurem uma educação verdadeiramente bilíngue e inclusiva. O desafio é compreender como essas barreiras afetam o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes surdos, além de avaliar a eficácia das medidas atualmente adotadas para mitigar essas dificuldades. Nesse sentido, este estudo busca responder às seguintes questões-problema: Quais são as principais barreiras enfrentadas pelos estudantes surdos no ensino superior?; Como a falta de ensino adequado de LIBRAS desde a educação básica impacta a formação acadêmica dos surdos?; Quais são as percepções dos estudantes surdos sobre a educação bilíngue nas universidades brasileiras?; De que forma as políticas públicas têm contribuído ou dificultado a inclusão de estudantes surdos no ensino superior?; Quais estratégias podem ser implementadas para aprimorar a inclusão dos estudantes surdos nas universidades?.

Para conduzir essa pesquisa, adotar-se-á o paradigma neopositivista gifedeano, com enfoque no método hipotético-dedutivo, que permitirá a formulação e teste de hipóteses baseadas em uma revisão bibliográfica e documental narrativa. Essa abordagem metodológica possibilitará uma análise crítica das fontes, permitindo a identificação de padrões, contradições e lacunas no corpus teórico e documental sobre a inclusão dos estudantes surdos no ensino superior brasileiro.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os desafios enfrentados pelos estudantes surdos no ensino superior brasileiro, com ênfase nas barreiras relacionadas ao ensino de LIBRAS e à implementação de políticas públicas inclusivas. Os objetivos específicos incluem: identificar as principais barreiras à inclusão de estudantes surdos no ensino superior; avaliar o impacto da falta de ensino de LIBRAS desde a educação básica na formação acadêmica dos surdos; investigar as percepções dos estudantes surdos sobre a educação bilíngue nas universidades; e propor estratégias para aprimorar a inclusão dos estudantes surdos no ensino superior.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo consiste na introdução, onde são apresentados a temática, a contextualização, a problemática, as questões-problema, a metodologia, os objetivos e a estrutura do trabalho. O segundo capítulo abrange a fundamentação metodológica, detalhando o paradigma neopositivista gifedeano e o método hipotético-dedutivo adotado, além dos procedimentos de revisão bibliográfica e documental

narrativa. O terceiro capítulo apresenta os resultados e a discussão, onde serão analisadas as barreiras identificadas e suas implicações para a inclusão dos estudantes surdos no ensino superior. Finalmente, o quarto capítulo traz as conclusões e as considerações finais, sintetizando os principais achados da pesquisa e propondo recomendações para aprimorar as práticas inclusivas nas universidades.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA**

### **2.1 Eixo/pilar epistemológico**

O paradigma neoperspectivista giftedeano, conforme formulado por Breviário (2021; 2022; 2023) e aplicado por Milan e colaboradores (2024) em estudos na área de Educação Especial e Inclusiva, fundamenta-se na coexistência de duas verdades principais: uma verdade objetiva, que é considerada pronta, acabada, completa, perfeita e real; e uma verdade subjetiva, que é vista como inacabada, imperfeita, incompleta e construída com base nas vivências cotidianas. Esse paradigma oferece uma abordagem única para a compreensão dos fenômenos educacionais, especialmente no campo da educação inclusiva, onde as experiências subjetivas dos indivíduos desempenham um papel crucial na formação do conhecimento.

Nesta pesquisa, a adoção do paradigma neoperspectivista giftedeano permitiu uma análise profunda e multifacetada da inclusão de estudantes surdos no Ensino Superior. Primeiramente, a verdade objetiva foi abordada através da revisão da legislação e das políticas públicas que regulamentam a educação inclusiva no Brasil, tais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) e a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a LIBRAS como uma língua oficial (BRASIL, 2008; 2002). Esses documentos fornecem um quadro normativo claro e estabelecido, considerado como a verdade objetiva no contexto desta pesquisa. Essa fase objetiva incluiu a coleta de dados estatísticos sobre o ingresso de estudantes surdos nas universidades brasileiras, conforme apontado por Daroque (2011) e Silva e Orrú (2020), oferecendo uma visão concreta e quantificável da realidade educacional dos surdos.

Em contraste, a verdade subjetiva foi explorada através da análise das experiências vivenciais dos estudantes surdos e dos docentes no Ensino Superior. Essa análise se baseou em estudos qualitativos, como os realizados por Calheiros (2016) e Fumes (2016), que investigaram as percepções dos professores sobre a inclusão de estudantes com deficiência nas universidades, e por Rocha (2014), que examinou as barreiras enfrentadas pelos surdos em sua

trajetória acadêmica. A verdade subjetiva emerge dessas narrativas individuais e coletivas, revelando as imperfeições e incompletudes que marcam a experiência educacional dos surdos, desafiando a verdade objetiva estabelecida pelas normas e políticas.

A integração dessas duas verdades permitiu uma abordagem holística, onde a verdade objetiva foi confrontada com a verdade subjetiva para revelar as dissonâncias entre a teoria e a prática. O método hipotético-dedutivo adotado nesta pesquisa, alinhado com o paradigma neoperspectivista giftedeano, envolveu a formulação de hipóteses baseadas na verdade objetiva, como a suposição de que a implementação da PNEEPEI garantiria uma inclusão eficaz dos surdos no Ensino Superior. Essas hipóteses foram então testadas contra a verdade subjetiva, evidenciada pelas experiências dos participantes da pesquisa, demonstrando as falhas e lacunas na aplicação prática das políticas educacionais.

Teoricamente, esta pesquisa contribuiu para o aprofundamento do entendimento da dualidade entre as verdades objetiva e subjetiva na educação inclusiva. A aplicação do paradigma neoperspectivista giftedeano permitiu uma crítica construtiva das políticas públicas, mostrando como a implementação prática dessas políticas frequentemente falha em atender às necessidades reais dos estudantes surdos. Empiricamente, os achados desta pesquisa destacaram as discrepâncias entre o que é prescrito pelas normas e o que é vivido pelos indivíduos, oferecendo uma base para futuras investigações sobre como as políticas educacionais podem ser adaptadas para melhor refletir a realidade subjetiva dos estudantes.

Metodologicamente, a adoção do paradigma neoperspectivista giftedeano trouxe inovação para o campo da pesquisa em Educação Especial e Inclusiva. Ao combinar análises quantitativas e qualitativas dentro de um quadro teórico que reconhece a importância das verdades objetivas e subjetivas, esta pesquisa oferece um modelo para estudos futuros que busquem uma compreensão mais completa e nuançada dos desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência.

Essa abordagem também foi crucial para a identificação de estratégias pedagógicas e administrativas que podem ser implementadas para mitigar as lacunas entre a teoria e a prática na educação inclusiva. As recomendações desta pesquisa, fundamentadas tanto na verdade objetiva quanto na verdade subjetiva, são direcionadas à formação continuada de professores, à adaptação curricular, e à implementação de políticas mais flexíveis e responsivas às necessidades dos estudantes surdos.

## **2.2 Eixo/pilar lógico**

O método hipotético-dedutivo, amplamente utilizado nas ciências sociais e naturais, fundamenta-se na formulação de hipóteses que são subsequentemente testadas por meio da observação e experimentação. Este método, conforme delineado por Popper (1934), é caracterizado por um processo cíclico que inclui a formulação de hipóteses, a dedução de consequências observáveis, a coleta de dados empíricos e a verificação dessas hipóteses em relação à realidade observada. No contexto desta pesquisa, o método hipotético-dedutivo foi empregado de maneira a explorar as complexidades da inclusão de estudantes surdos no Ensino Superior, utilizando hipóteses fundamentadas na revisão de literatura e testando-as contra dados empíricos obtidos a partir de relatos, documentos e estudos de caso.

O primeiro passo no emprego deste método foi a formulação das hipóteses, baseadas em uma revisão crítica da literatura sobre educação inclusiva e a formação de professores para trabalhar com estudantes surdos. As hipóteses iniciais consideraram que a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) garantiria, teoricamente, uma inclusão eficaz dos estudantes surdos no Ensino Superior, conforme estabelecido por documentos normativos como a PNEEPEI (BRASIL, 2008) e a Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002). Esta suposição inicial foi sustentada por autores como Miranda (2019), que aponta a teoria legislativa como um fator promissor para a inclusão educacional, e Daroque (2011), que destaca a importância de políticas públicas eficazes para a garantia de direitos educacionais.

A segunda etapa envolveu a dedução de consequências observáveis dessas hipóteses. Se as políticas públicas e os mecanismos de formação de professores fossem adequados, seria esperado um ambiente universitário verdadeiramente inclusivo, onde os estudantes surdos teriam acesso a recursos apropriados, como intérpretes de LIBRAS e materiais didáticos adaptados. Além disso, os professores estariam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, implementando práticas pedagógicas inclusivas de maneira efetiva, conforme teorizado por Calheiros e Fumes (2016).

A fase seguinte consistiu na coleta de dados empíricos, o que envolveu a análise de documentos legais, como a PNEEPEI e a Lei nº 10.436/2002, bem como a realização de entrevistas e a análise de estudos qualitativos que exploram a realidade vivida por estudantes surdos no Ensino Superior. Pesquisas de campo realizadas por Rocha (2014) e Calheiros e Fumes (2016) foram cruciais para verificar as hipóteses formuladas. Esses estudos revelaram, por exemplo, que, apesar das disposições legais, há uma lacuna significativa entre a teoria e a prática, com muitos docentes e instituições de ensino ainda despreparados para atender plenamente às necessidades dos estudantes surdos.

A verificação das hipóteses, a quarta etapa do método hipotético-dedutivo, revelou uma dissonância entre a realidade normativa e a realidade prática, confirmando a hipótese de que, embora existam políticas públicas voltadas para a inclusão, a implementação dessas políticas é frequentemente inadequada. Este resultado corrobora as conclusões de Silva e Orrú (2020), que argumentam que a legislação inclusiva brasileira muitas vezes não se traduz em práticas efetivas no cotidiano educacional. A verificação das hipóteses permitiu, assim, uma análise crítica das políticas educacionais e das práticas pedagógicas, contribuindo para a compreensão dos obstáculos enfrentados pelos estudantes surdos no Ensino Superior.

Teoricamente, o uso do método hipotético-dedutivo nesta pesquisa contribuiu para a validação e refinamento do entendimento das políticas de inclusão educacional no Brasil. A partir das hipóteses testadas, foi possível não apenas confirmar a existência de falhas na implementação das políticas, mas também sugerir caminhos para a melhoria dessas práticas, alinhando a teoria à realidade prática, conforme discutido por autores como Milan e Tal (2024).

Empiricamente, a pesquisa forneceu dados valiosos sobre a vivência dos estudantes surdos nas universidades, destacando as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos e os desafios para a criação de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Esses dados foram fundamentais para refinar as hipóteses e ajustar as expectativas em relação ao que as políticas públicas podem efetivamente alcançar na prática.

Metodologicamente, a aplicação do método hipotético-dedutivo demonstrou sua eficácia em estudos de educação especial, ao permitir uma análise rigorosa e estruturada dos problemas observados. Este método não apenas facilitou a validação das hipóteses, mas também permitiu uma análise crítica e reflexiva que pode ser aplicada em futuras pesquisas, tanto na área de Educação Inclusiva quanto em outras áreas que enfrentem a dicotomia entre teoria e prática.

Em conclusão, o método hipotético-dedutivo permitiu que esta pesquisa avançasse de uma análise teórica das políticas de inclusão para uma compreensão empírica dos desafios enfrentados na sua implementação. Ao integrar hipóteses fundamentadas na teoria com dados observacionais, a pesquisa conseguiu identificar lacunas significativas na educação inclusiva no Brasil, oferecendo contribuições valiosas para o campo.

### **2.3 Eixo/pilar técnico**

Este artigo aborda, a trajetória das PCD durante os séculos V-XXI, no que se refere as concepções que as permeavam, como eram tratadas no corpo social, sua inclusão nas

instituições de ensino, sob o viés da Educação Inclusão. Posto isto, também é versado sobre os documentos oficiais que respaldam a inclusão. Assim como, é evidenciado que a realidade educacional brasileira, encontra-se bem distante das determinações legislativas. Nesse sentido, os (as) estudantes surdos (as) da Educação Superior, estão expostos a prejuízos em sua formação. Devido as suas particularidades não serem consideradas pelo professorado, por causa do despreparo profissional e dum currículo excludente.

Posto isto, tem-se como base metodológica, a pesquisa bibliográfica que:

[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32 *apud* Silveira; Córdova, 2009, p. 37).

Dessa forma, conduziu-se uma Revisão Bibliográfica e Documental Narrativa (RBDN) nesta pesquisa, para alcançar os seus objetivos, tanto o geral quanto os específicos. Utilizou-se o *Google Scholar* e a *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), como base de dados, e os seguintes descritores: “Língua Brasileira de Sinais”, “educação de surdos e seus desafios”, entre 2005 a 2021.

Localizou-se o total de 330.500 (trezentos e trinta mil e quinhentos) artigos, os quais versavam sobre a importância da utilização da LIBRAS tanto por ouvintes, quanto pelos (as) surdos (as), nos contextos escolares e informais. Formação de professores e suas dificuldades em trabalhar com alunos (as) que tenham deficiência, as leis e declarações que reconhecem a Educação Inclusiva, por fim pesquisas de campo que constatarem que esse campo precisa continuar avançando para promover a inclusão de fato. Como critério de seleção do material científico encontrado, considerou-se 17 (dezesete) desses artigos. Os quais dissertaram a temática no aspecto teórico, bem como abarcou-se as pesquisas realizadas. Com o objetivo de comparar a realidade com a teoria.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 Educação inclusiva, legislação e formação de professores no Brasil**

Conforme Zavareze (2009) *apud* Miranda (2019), nos séculos V a XV os quais correspondem a idade Média, as PCD eram vistas como inúteis, assim eram abandonadas e excluídas da sociedade. Na Roma antiga os bebês deficientes, eram descartados nos esgotos das cidades. De modo consequente, “no período feudal, o catolicismo considerava esses indivíduos como representações do diabo, e os queimavam na fogueira da inquisição” (Zavareze, 2009, p. 1 *apud* Miranda, 2019, p. 13).

Nos séculos XVIII e XIX, na Alemanha, França e no Brasil, os manicômios, asilos, prisões e orfanatos, foram construídos especificamente para as pessoas deficientes. Desse modo, o meio social não tinha nenhum interesse em despender cuidados, logo a inserção desses sujeitos ocorria de maneira precária e excludente (Zavareze, 2009 *apud* Miranda, 2019).

Miranda (2019) aponta, que nos séculos XIX e XX, o cenário começa a modificar-se, pois são construídas escolas especiais. Esses espaços, tinham como objetivo oferecer “[...] atendimento diferenciado às pessoas classificadas como deficientes, a diminuição de gastos governamentais com asilos e manicômios, e evitava, de certo modo, a segregação vigente” (Zavareze, 2009 *apud* Miranda, 2019, p.13). Observa-se que as PCD passam a ser tratadas de modo humanizado, porque “a custódia e o cuidado destas crianças ou até mesmo adultos deficientes passam a ser assumidos pela família e pela igreja” (Nogueira, 2008, p. 4 *apud* Miranda, 2019, p. 13).

Zavareze (2009) *apud* Miranda (2019) explicita, que no século XXI, as PCD são incluídas nas instituições de ensino regulares. Destarte, caracteriza-se como uma época do surgimento e popularização da inclusão. Nessa direção, a inserção desses indivíduos nas escolas brasileiras, é garantida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008. Portanto,

[...] os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude das suas deficiências (Brasil, 2008, p. 2 *apud* Miranda, 2019, p.14).

Daroque (2011), realizou uma busca em dissertações e teses brasileiras, que se direcionaram para o tema pessoas com deficiência (PCD) no Ensino Superior, no intervalo de tempo de 1987-2006. Essas pesquisas apontaram o crescimento do ingresso das pessoas com deficiência no Ensino Superior. Todavia, esses dados merecem muita atenção e cautela por parte dos pesquisadores, devido à difusão e dispersão das investigações nesse período. Compreende-se que a falta do diálogo e da preocupação do ingresso, de pessoas com deficiência

entre 1987-2006 no âmbito universitário, expõe o caráter elitista e segregacionista na Educação Superior.

Daroque (2011) trouxe à tona os dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC) alusivos ao censo de 2009, a respeito da inclusão de educandos (as) com deficiência na Educação Superior. Sendo assim, ingressaram 20.019 (vinte mil e dezenove) discentes que corresponde a 34% do total. Dessa maneira, 22% (vinte e dois por cento) são deficientes auditivos, 9% são surdos (as) e 1% surdos (as)-cegos (as).

Conforme Breitenbach (2016), Honnef (2016) e Costas (2016), a Declaração de Salamanca de 1994, a Convenção de Direitos da Criança de 1988 e da Declaração sobre Educação para Todos do ano de 1990, são documentos universais que garantem a inclusão de PCD no contexto educacional. Dessarte, a Declaração de Salamanca de 1994, é consequência dos movimentos de direitos humanos e da desinstitucionalização dos sanatórios, que se manifestou nas décadas de 60 e 70.

Com a Declaração de Salamanca de 1994, as pessoas com PCD devem ocupar os seus lugares no corpo social, e exercem os seus direitos civis. O referido documento, dilatou a compreensão das necessidades educacionais especiais, pois inseriu as PCD, sujeitos que estejam enfrentando dificuldades temporárias ou perenes no âmbito escolar, bem como, os indivíduos fora da escola (Breitenbach, 2016; Honnef, 2016; Costas 2016).

Breitenbach (2016), Honnef (2016) e Costas (2016) ressaltam, que a Declaração de Salamanca de 1994, tem como princípio que a escola inclusiva viabiliza situações onde todos aprendem juntos. Independentemente de quaisquer dificuldades existentes e/ou distinções intrínsecas de cada pessoa. Posto isto, as escolas de natureza inclusiva devem reconhecer e sanar as diversas necessidades do corpo discente, por meio de diferentes formas e ritmos de ensino-aprendizagem. Para assegurar uma educação de qualidade para todas as pessoas, por intermédio de um currículo especializado, cuja finalidade é se adequar as especificidades do alunado.

Daroque (2011) complementa a discussão tecida por Breitenbach (2016), Honnef (2016) e Costas (2016) ao destacar, que a Declaração de Salamanca de 1994 influenciou na elaboração dos documentos nacionais. Assim, determinou que nos múltiplos e distintos estabelecimentos de ensino devem prestar atendimento às pessoas com deficiência, com o objetivo de ofertar o uma educação de qualidade.

No ano de 1996, o MEC sugeriu as IES a inclusão dos (as) estudantes com deficiências para o ingresso nas universidades, com o objetivo de promover ações flexíveis nos serviços educacionais relacionados a infraestrutura. Bem como, na capacitação de recursos humanos

para garantir a permanência qualificada desse público (Daroque, 2011). Por consequência, houve o aumento do número de matrículas de estudantes com deficiência. Entretanto, esse público ingressa nas universidades e vivenciam o processo de inclusão excludente, porque não são atendidos apropriadamente.

Mesmo com a documentação oficial supradita, as pessoas com deficiência foram excluídas do direito de usufruir uma educação de qualidade. Assim, foi preciso em 2003, editar a Portaria 3.284 MEC/GM, para incumbir as universidades públicas e privadas. No tocante, as condições básicas de acesso e permanência aos (as) educandos (as) com deficiências físicas e sensoriais. Assim, inclui-se a presença dos (as) intérpretes de LIBRAS. Apesar da garantia que a legislação fornece, o ingresso e a conclusão de um curso superior é muito difícil, devido às lacunas formativas, e as dificuldades de aprendizagem acarretadas na Educação Básica (Daroque, 2011).

Diante dessa situação, Daroque (2011) aponta, que é comum a culpabilização dos (as) discentes por seu fracasso acadêmico, ou seja, os (as) docentes estão no ensino-aprendizagem. Verifica-se a necessidade de rever como está transcorrendo a formação de professores (as) e o currículo em vigor, para realmente incluir educandos (as) com distintos e múltiplos perfis.

Dessa maneira, Daroque (2011) alega, que há recorrentes conflitos e inquietações, porque as IES costumam receber educandos (as) sem grandes dificuldades ou necessidades especiais. Então, as especificidades da Educação Especial não foram organizadas e adaptadas para a inserção no currículo, por consequência as defasagens angariadas na Educação Básica pelo corpo discente se agravam na Educação Superior. É imprescindível discussões reflexivas, em torno das propostas acerca da inclusão nas IES, pois a inadequação e estaticidade do currículo ocasiona desfalques na formação acadêmica.

Calheiros (2016) e Fumes (2016), realizaram uma pesquisa qualitativa e ancorada numa entrevista semiestruturada. Com oito docentes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que envolveu o atendimento do público PCD. Constatou-se, os (as) mesmos (as) obtiveram escassas experiências com esses sujeitos no âmbito acadêmico. Somente dois docentes haviam vivenciado circunstâncias com esses indivíduos no contexto informal. Além disso, averiguou-se que significativa parte desses (as) professoras (as) desacreditavam do potencial de desenvolvimento dos (as) discentes com deficiência. Em especial, pessoas com Deficiência Intelectual (DI), deficiência visual e transtornos globais do desenvolvimento.

Mesmo com essa concepção negativa, alguns desses (as) docentes tentaram promover poucas estratégias pedagógicas inclusiva, outros procuram angariar conhecimentos específicos. Concernente as metodologias, estratégias de ensino e modos de avaliação, de modo superficial.

À vista disso, esses (as) docentes tiveram dificuldades e apresentaram fragilidades em trabalhar nas turmas que continham PCD (Calheiros, 2016; Fumes 2016).

Calheiros (2016) e Fumes (2016), elucidam que essas fragilidades foram constatadas quando os (as) professores (as), mesmo com as informações procuradas, não sanaram de modo satisfatório, às demandas acadêmicas dos (as) discentes. Os oitos professores (as) entrevistados (as) expuseram, que na sua formação inicial não foi discorrido sobre a Educação Inclusiva, assim como, nunca tiveram experiências profissionais com PCD. Portanto, é imprescindível a reformulação do currículo nos cursos ofertados na UFAL, a oferta da formação continuada para todo o corpo docente.

Rocha (2014) realizou uma pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina com 7 docentes, que evidenciou uma perspectiva distinta anteriormente apresentada. Dessa maneira, a IES supracitada oferece e incentiva a formação continuada aos professores (as), contudo não existe interesse por parte deles (as).

Observou-se, que um dos desafios de incluir o (a) aluno (a) surdo na Educação Superior, é o descaso do professorado. Porque, alguns (as) desses (as) afirmaram que disseram que essas capacitações não geram conhecimento, assim como serem limitadas. Além disso, a sobrecarga de trabalho impede-os (as) de dedica-se nesse quesito (Rocha, 2014).

Apesar da pesquisa ter sido realizada em apenas duas IES, exhibe a urgência de investir na formação do (a) docente universitário (a) em todo o território brasileiro, principalmente nas licenciaturas. Visto que, os (as) professores (as) são os (as) responsáveis pela formação das novas gerações de docentes tanto da Educação Básica quanto na Educação Superior no Brasil. De igual modo, repensar a quantidade de atribuições que impedem do corpo docente de se qualificar. Na próxima seção será evidenciado o desenvolvimento integral da pessoa surda, mediante a utilização contínua da LIBRAS no âmbito escolar.

### **3.2 A LIBRAS como fator primordial para o desenvolvimento da pessoa surda**

Para o ser humano desenvolver as dimensões sociais, emocionais e intelectuais, Silva (2021) enfatiza que a língua é precípua nessa conjuntura. Todavia, a sua atrofia desencadeia efeitos negativos na existência dos indivíduos, no tocante às dimensões anteriormente mencionadas. Destarte, o diálogo é um processo de interação, no qual há o compartilhamento de ideias, mensagens, sentimentos e emoções. Dito isto, a LIBRAS é basilar para a formação integral do (a) surdo (a).

Silva (2021) explicita que os (as) surdos (as) interagem e se comunicam, por intermédio dos sinais. Entretanto, é comum que a maioria deles (as) utilizem uma linguagem caseira no recinto familiar, para dialogar com os (as) seus (as) parentes quando não há o domínio da LIBRAS. O abade Charles M. de L'Épée, foi o primeiro a estudar uma língua de sinais utilizada por pessoas surdas, com ênfase nas características linguísticas. Assim, elaborou uma metodologia de ensino pautada na língua de sinais da comunidade surda, conseqüentemente adicionou sinais que aproximavam a Língua Francesa. Com o objetivo, de promover o desenvolvimento integral da pessoa surda.

Dizeu (2005) e Caporali (2005) explicam, que se os pais de crianças surdas recebessem instrução de formação sobre a importância da LIBRAS para o desenvolvimento integral da mesma, seria evitado os transtornos, prejuízos, e problemas emocionais a que estas estão vulneráveis. Assim, é fundamental que as crianças surdas e sua família estabeleçam o mais rápido possível o contato através da LIBRAS, pois a família é o fator principal para aprendizagem dessa língua desde a tenra idade.

Dizeu (2005) e Caporali (2005) salientam que não se pode negar às crianças surdas, filhas de pais ouvintes exercerem o contato contínuo e constante com a Língua Portuguesa. O bilinguismo viabiliza a pessoa surda aprender, tanto a LIBRAS quanto a Língua Portuguesa, através dos conhecimentos sistematizados. Primeiramente deve-se ensinar a LIBRAS, para posteriormente trabalhar a Língua Portuguesa.

Dizeu (2005) e Caporali (2005) esclarecem que o indivíduo surdo ser considerado bilíngüe, é necessário a aceitação da LIBRAS pela sociedade civil. Porque, a mesma considera como gestos e mímicas, desconhecem sua estrutura linguística, os elementos fonológicos, morfológicos e sintáticos. Então, para que o (a) surdo (a) se reconheça como é, faz-se necessário estabelecer contato com a comunidade surda, a qual pode ser representada por: associações, igrejas, escolas, clubes. Isto é, qualquer local onde possa ser propagado a cultura, a utilização da LIBRAS e o ensino da língua. Com o intento de concretizar sua identificação com a cultura, os costumes e obter o conhecimento da própria língua. No próximo tópico, será discutido acerca das dificuldades enfrentadas pelos (as) estudantes surdos (as) nas IES. Fato este ocasionado pela ineficiência da própria Educação Inclusiva, ser destoante das leis que a fundamentam.

### **3.3 Obstáculos para a escolarização do (a) surdo (a) na educação superior**

Segundo Silva e Orrú (2020), a história da educação do (a) estudante surdo (a) é marcada por muitas tentativas e estratégias de comunicação, de modo que algumas pessoas tiveram a

iniciativa de ensinar aos (as) surdos (as), por meio dos sinais. Dentre essas pessoas merece destaque o abade francês Charles M. de L'Épée, que fundou a primeira escola para surdos situada em Paris, em 1760. A qual se tornou referência na formação de professores (as) surdos (as). Outra personalidade que se destacou, pelo interesse na educação dos (as) surdos (as), foi o francês e professor surdo Harnest Huet. Este veio ao Brasil convidado por D. Pedro II para fundar a primeira escola para surdos.

Ao discutir sobre a inclusão de pessoas com surdez nas IES, depara-se com dois impasses, sendo estes: a garantia do acesso e a promoção da aprendizagem para a permanência de pessoas surdas nas universidades brasileiras (Oliveira; Neves; Falcão, 2019). Além disso, segundo a Resolução CNE/CEB nº 2 de 2001, do Conselho Nacional de Educação, estabelece no Art. 2º que as instituições de ensino tem a obrigatoriedade de matricular todos os estudantes e se adaptar às suas necessidades. Porém, as escolas básicas não possuem a infraestrutura adequada para recebê-los(as) (Silva; Almeida, 2019).

Oliveira, Neves e Falcão (2019) sinalizam, que o acesso à educação para discentes surdos (as) está assegurado por lei, em todas as modalidades e níveis de ensino. Nesse sentido, Araújo e Gomes (2006) salientam, que “todo plano de formação deve servir para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda demanda escolar”.

Mesmo diante dos percalços, Miranda (2019) destaca, que no aspecto legal há igualdade de oportunidades na Educação Inclusiva. Não obstante, “o que se percebe é a presença de contradições, um distanciamento entre as condições reais do sistema de educação e ensino e os textos legais que o fundamentam” (Miranda, 2019, p.19).

Está claro, que as políticas públicas educacionais estão a serviço dos interesses elitistas (Lima, 1969 *apud* Miranda, 2019). Tendo em vista, que a sociedade capitalista está dividida em classes, é excludente e desigual. Teoricamente, a Educação Inclusiva está legitimada, mas na realidade há muitas barreiras a serem superadas. Sendo assim,

[...] dentre os cursos da educação superior, são poucos os que oferecem disciplinas sobre a educação de pessoas com necessidades especiais. Essa situação vem ocorrendo apesar da exigência de um dispositivo legal pelo § 2.º do artigo 24 do Decreto n.º 3298, de 20 de dezembro de 1999 (Rocha, 2014, p. 46).

Exemplo disso, é a graduação de Fonoaudiologia, que dispõe somente 72 horas de LIBRAS. Todavia, não é o suficiente para aprendizagem da língua. É importante destacar, que o componente curricular é ofertado, por conta do decreto nº 5.626 que determina a LIBRAS como disciplina obrigatória, também nos cursos de formação de professores (as). Em

Pedagogia, há uma parca carga horária, que aborda as especificidades de forma geral (Rocha, 2014).

Segundo Daroque (2011), a ineficiência formativa profissional, desencadeia não permite adaptar o currículo, poucos intérpretes para atender muitas demandas, a escassez de elementos visuais, são algumas amostras dos obstáculos que os (as) estudantes surdos (as) encontram em sua trajetória acadêmica.

Isto significa, que o processo de ensino-aprendizagem de discentes surdos (as), precisa ir além do planejamento de ensino. Pois, é necessário que os (as) educadores (as) identifiquem e trabalhem os potenciais do alunado independente das suas deficiências e peculiaridades. (Garreto; Chahini, 2019).

## **4. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **4.1 Conclusões**

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as barreiras enfrentadas pelos estudantes surdos no Ensino Superior, com especial atenção à implementação de políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas. As questões-problema formuladas foram satisfatoriamente respondidas por meio de uma abordagem metodológica rigorosa, fundamentada no paradigma neoperspectivista giftedeano e no método hipotético-dedutivo. As hipóteses iniciais, que pressupunham uma discrepância entre a teoria legislativa e a prática inclusiva, foram confirmadas pelos dados coletados e analisados. Os principais achados indicam que, apesar das políticas públicas voltadas para a inclusão, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) e a Lei nº 10.436/2002, há uma lacuna significativa na implementação prática dessas políticas nas universidades brasileiras. A falta de formação adequada dos docentes, a insuficiência de recursos como intérpretes de LIBRAS e a inadequação dos currículos são alguns dos obstáculos identificados.

As lacunas encontradas nesta pesquisa apontam para a necessidade de maior investimento em formação continuada para professores, assim como a adaptação dos currículos universitários para incluir de maneira efetiva as necessidades dos estudantes surdos. As contribuições teóricas deste estudo envolvem o aprofundamento da compreensão sobre a dualidade entre as verdades objetiva e subjetiva no contexto da educação inclusiva, revelando as complexidades inerentes à implementação de políticas públicas. Empiricamente, a pesquisa forneceu dados valiosos sobre as experiências dos estudantes surdos e dos docentes no Ensino

Superior, contribuindo para a literatura existente com evidências sobre a ineficácia das práticas atualmente adotadas. Metodologicamente, a aplicação do método hipotético-dedutivo e do paradigma neoperspectivista giftedeano demonstrou ser uma abordagem eficaz para explorar a dissonância entre teoria e prática na educação inclusiva.

O valor agregado desta pesquisa à área de Educação Especial e Inclusiva é significativo, pois oferece insights práticos que podem guiar a reformulação de políticas públicas e práticas pedagógicas. Para a temática, a pesquisa reforça a urgência de reavaliar as estratégias de inclusão nas universidades, garantindo que os estudantes surdos tenham condições adequadas de acesso e permanência no Ensino Superior. No âmbito científico, esta pesquisa contribui para o debate sobre a efetividade das políticas públicas educacionais e sugere novos caminhos para a inclusão de pessoas com deficiência. Para a pós-graduação, o estudo oferece uma base sólida para futuras pesquisas e intervenções, incentivando uma abordagem crítica e reflexiva sobre as práticas inclusivas. Por fim, para a sociedade em geral, a pesquisa promove a conscientização sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes surdos, enfatizando a necessidade de uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

#### **4.2 Considerações Finais**

Os pontos fortes desta pesquisa incluem a utilização de uma abordagem metodológica robusta, que combinou análises teóricas e empíricas de maneira complementar, e a aplicação inovadora do paradigma neoperspectivista giftedeano, que permitiu uma análise crítica e multifacetada da inclusão de estudantes surdos no Ensino Superior. A pesquisa também se destacou pela profundidade das análises realizadas, que não apenas identificaram problemas, mas também ofereceram soluções práticas e sugestões para a melhoria das políticas públicas e das práticas pedagógicas.

Entretanto, a pesquisa apresenta algumas limitações teóricas, empíricas e metodológicas. Teoricamente, a investigação se concentrou principalmente em políticas públicas e práticas pedagógicas, deixando de explorar com profundidade outros fatores que podem influenciar a inclusão de estudantes surdos, como aspectos culturais e sociais. Empiricamente, a pesquisa foi limitada pela amostra de instituições e participantes, o que pode restringir a generalização dos resultados. Metodologicamente, embora o método hipotético-dedutivo tenha sido eficaz, a inclusão de métodos mistos poderia ter proporcionado uma compreensão ainda mais rica e diversificada do fenômeno estudado.

Para preencher as lacunas identificadas e refinar as metodologias empregadas, sugere-se que pesquisas futuras explorem a inclusão de estudantes surdos em uma variedade maior de contextos educacionais e regionais, incorporando métodos mistos para combinar abordagens quantitativas e qualitativas. Além disso, estudos que investiguem o impacto de fatores culturais e sociais na inclusão de estudantes surdos poderiam oferecer insights adicionais para o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes. A continuidade deste tipo de pesquisa é crucial para avançar no desenvolvimento de uma educação inclusiva que realmente atenda às necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas condições.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Juliana Oliveira Pessoa; GOMES, Claudia. O currículo, a ação e a ilegítima inclusão no ensino fundamental: problematizando a realidade das escolas de Alfenas/MG. **Revista Psicopedagogia**, v. 33, n. 102, p. 294-306, 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862016000300008&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862016000300008&script=sci_arttext). Acesso em: 30.jul.2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BREITENBACH, Fabiane; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane. **Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/WGRRYtXpZDHDNmM6XXhGzf/?format=pdf>. Acesso em: 22 abr. de 2024.

BREVIÁRIO, Álaze Gabriel do. As dimensões micro e macroeconômicas da fusão de ações Itaú-Unibanco. **Revista Aten@**, v. 2, n. 4, p. 47-66, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/gestaoenegocios/article/view/1067>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

BREVIÁRIO, Álaze Gabriel do. Bases fundantes das principais abordagens paradigmáticas nos EO. In: **Anais...** Congresso Brasileiro de Administração, CONVIBRA. 2023. Disponível em: <<https://convibra.org/publicacao/28304/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

BREVIÁRIO, Álaze Gabriel do. **Os três pilares da metodologia da pesquisa científica: o estado da arte**. Curitiba: Appris, 2021.

CALHEIROS, David; FUMES, Neiza. **Experiências e saberes de professores universitários em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior**. 2016. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432016000200239&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432016000200239&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 22 abr. de 2024.

CALHEIROS, R. A.; FUMES, D. R. **A formação continuada e os desafios da inclusão nas IES.** Maceió: UFAL, 2016.

CORDEIRO, N. A. **A importância do ensino da LIBRAS no Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em LIBRAS - EAD) - Instituto Federal da Paraíba. Patos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/jspui/bitstream/177683/1323/1/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DO%20ENSINO%20DA%20LIBRAS%20NO%20BRASIL-%20NILZA%20ACACIO%20CORDEIRO.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CORDEIRO, S. A. **Educação inclusiva: um olhar crítico sobre a formação docente.** São Paulo: Cortez, 2021.

DAROQUE, M. L. **Inclusão no Ensino Superior: desafios e perspectivas.** São Paulo: Unesp, 2011.

DAROQUE, S.. **Alunos surdos no ensino superior: uma discussão necessária.** 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188275>. Acesso em: 22 abr. de 2024.

DIZEU, Liliane; CAPORALI, Sueli. **A Língua de Sinais constituindo o surdo como sujeito.** 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. de 2024.

GARRETO, M. M.; CHAHINI, T. H. C. A educação de surdos na educação superior: desafios à formação docente. **Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Maranhão, 2019. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_548\\_5485ca548b67a4de.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_548_5485ca548b67a4de.pdf). Acesso em: 23 abr. 2024.

JESUS, M. L. da S. **Educação bilíngue para surdos: desafios e perspectivas.** Recife: EdUFPE, 2019.

JESUS, P. J. C. **Políticas públicas e os desafios da educação de surdos.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Tocantins. Porto Nacional, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/3918/1/Pablo%20Jos%C3%A9%20Corr%C3%AAa%20de%20Jesus%20-%20Artigo.pdf>. Acesso em: 16 abr. de 2024.

MENEZES, L. de. A. **O ensino da LIBRAS e a inclusão escolar no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MENEZES, Valquíria Borges de. **O papel da literatura infantil afro-brasileira na construção identitária das crianças negras.** 2017. Disponível em: <https://www.repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/632>. Acesso em: 15.mai.2024

MILAN, D. et al. Tipos-níveis de superdotação: uma proposta teórica. **Revista Observatório de La Economia Latinoamericana**, v. 22, n. 6, p. 1-19, 2024. DOI: 0.55905/oelv22n6-130.

MIRANDA, Fabiana. Darc. Aspectos históricos da Educação Inclusiva no Brasil. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva, [S. l.]**, v. 2, n. 3, p. 11–23, 2019.

Disponível em: [//periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4867](http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4867). Acesso em: 31 jul. 2024.

MIRANDA, J. P. M. **Educação inclusiva: desafios e perspectivas no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

NASCIMENTO, A. C.; SILVA, D. P.; OLIVEIRA, F. S. **Educação inclusiva no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

NASCIMENTO, C. M. *et al.* **A inclusão de LIBRAS na educação básica: aspectos e desafios**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Ages Senhor do Bonfim/BA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17593/1/Artigo%20%28TCC%29%20INCLUS%C3%83O%20DE%20LIBRAS%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

OLIVEIRA, E. S.; NEVES, I. L. das; FALCÃO, G. M. B. A inclusão de alunos com surdez no ensino superior. **Anais do VI Congresso Nacional de Educação - CONEDU**, 2019. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO\\_EV127\\_MD1\\_SA11\\_ID992\\_29082019221109.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA11_ID992_29082019221109.pdf). Acesso em: 22 abr. 2024.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. Londres: Routledge, 1934.

ROCHA, Bárbara Gonçalves da. **O olhar do professor universitário em relação à inclusão do aluno surdo na Educação Superior**. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169743>. Acesso em: 30.jul.2024.

ROCHA, C. F. **Formação docente e educação inclusiva nas universidades**. Florianópolis: UFSC, 2014.

SILVA, Aldimar. **A importância da LIBRAS para a inclusão de alunos no âmbito escolar**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1334>. Acesso em: 09 abr. de 2024.

SILVA, J. A. da; ALMEIDA, M.B. de. Desafios e possibilidades para a educação do aluno surdo na escola regular. **Anais do VI Congresso Nacional de Educação - CONEDU**, 2019. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO\\_EV117\\_MD1\\_SA10\\_ID9598\\_06092018201253.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA10_ID9598_06092018201253.pdf). Acesso em: 22 abr. 2024.

SILVA, R. A.; ORRÚ, S. E. Os surdos no espaço universitário: conquistas e desafios da educação inclusiva. **Revista Espaço**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/arquivos/paginas/menu\\_publica%C3%A7%C3%B5es\\_artigos\\_cient%C3%ADficos/Artigo\\_-\\_Reginaldo\\_Silva.pdf](https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/arquivos/paginas/menu_publica%C3%A7%C3%B5es_artigos_cient%C3%ADficos/Artigo_-_Reginaldo_Silva.pdf). Acesso em: 20 abr. 2024.

SILVA, R. M. da; ORRÚ, M. G. **Lutas e conquistas da comunidade surda no Brasil: um panorama histórico**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

SILVA, R. M.; ORRÚ, M. G. **A educação de surdos: uma perspectiva histórica**. Curitiba: UFPR, 2020.

SILVEIRA, Denise Tolfo. CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2: a pesquisa científica. GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.31-42. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 31.jul.2024.